

COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS – CPTM

ATA DA 42ª (QUADRAGÉSIMA SEGUNDA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO
COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO – CAE

1 – Data, hora e local da realização:

Reunião realizada no dia 29 (vinte e nove) do mês de maio de 2020. Em atendimento às recomendações contidas nos Decretos nº 64.862/2020 e 64.864/2020, que tratam de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo COVID-19, a 42ª Reunião Ordinária do Comitê de Auditoria Estatutário – CAE, foi realizada de modo “virtual”, por vídeo conferência, Microsoft Teams – 09hs às 12hs.

2 – Participantes:

Elionor Farah Jreige Weffort – Coordenadora do CAE
Afonso Antonio Hennel – membro do CAE
Silverio Crestana – membro do CAE

Assuntos:

1 – Alinhamento das atividades do CAE

Tendo em vista a posse da nova Coordenadora do CAE da CPTM, ocorrida em 14/05/2020, houve a necessidade de alinhamento das atividades a serem exercidas pelo Comitê de modo a dar continuidade aos trabalhos que já estavam sendo realizados.

2 – Bilhete único – Atualização das informações do Comitê Gestor

Após as apresentações iniciais, o Sr. Milton Frasson atualizou ao CAE o andamento das informações fornecidas pelo Comitê Gestor sobre o bilhete único, explicando como funciona o Sistema de Bilhetagem Eletrônica e as razões do Comitê Gestor do BU, em solicitar a realização de uma Auditoria com levantamento dos valores perdidos em possíveis fraudes, por meio de contratação realizada pelo METRO, no referido sistema de bilhetagem gerido pela SPTrans.

Informou, ainda, que a SPTrans não autorizou o acesso aos dados do sistema, razão pela qual a CPTM, o METRO e a Secretaria de Transportes Metropolitanos - STM avaliam a conveniência de uma ação judicial com o objetivo de que seja determinado que a SPTrans autorize o respectivo acesso às informações necessárias, de acordo com as recomendações anteriores do CAE da CPTM e CAE do METRO. Por enquanto a instauração do processo judicial está suspensa, após consulta à STM.

O CAE ponderou que o Convênio assinado entre as partes envolvidas na Gestão do BU prevê a realização de auditoria, mas a decisão administrativa de tomar medida judicial ou cancelar o Contrato de Auditoria extrapolam as funções deste Comitê.

Dr. Milton informou que o Comitê Gestor realizará uma reunião a ser agendada para a primeira quinzena do mês de junho/2020 e que a sugestão de suspensão dos trabalhos da auditoria independente, em razão da negativa de acesso ao Sistema do Bilhete Único pela SPTrans, será registrada em ata.

O CAE solicitou esclarecimentos sobre evidências, se existentes, que apontam possíveis fraudes no Sistema do Bilhete Único.

Continuação da 42ª Reunião Ordinária do CAE

O Sr. Milton explicou os motivos que levaram à solicitação da realização da auditoria externa no Sistema do BU,: necessidade de transparência na gestão do BU, denúncias de fraudes na imprensa, desencontros contábeis entre valores repassados pela gestora do BU para o METRO e para a CPTM versus passageiros registrados, e as recomendações exaradas em Relatório do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, sobre a possível existência de fraude.

A Sra. Juliana explicou como funciona do Convênio do Bilhete Único e como são realizados os repasses financeiros. Também descreveu que a CPTM tem perdas decorrentes dos acordos e critérios de repartição da receita do BU, entre as empresas concessionárias e as empresas de transporte sobre pneus e trilhos.

Foi relatado, ainda, pelo Sr. Milton que a CPTM não apontou, nos balanços de 2018 e 2019, fraude e sim perda de arrecadação.

O CAE questionou o escopo dos trabalhos solicitados à empresa de auditoria Ernest Young – contratada pelo Metrô, uma vez que o Comitê Gestor não tem figura jurídica para contratações.

O Dr. Milton explicou que o objetivo da auditoria contratada é a apuração dos valores da possível fraude.

Comunicou, também, a criação da ABASP, uma Associação de Empresas de Transportes que tem como objetivo o gerenciamento do bilhete Edmonson e implantação de um novo sistema QRCode, a ser adotado pelas empresas estaduais, também aberta à possibilidade de adesão das empresas de ônibus da Região Metropolitana de São Paulo.

Sugeriu, ainda, caso seja do interesse do CAE, a CPTM poderá realizar uma exposição sobre a criação e atuação da ABASP na próxima reunião do Comitê agendada para o mês de junho/2020.

Informou que a contratação efetuada pela SPTrans de uma empresa para realização de atualização do Sistema da Bilhetagem Eletrônica não prosperou e o Comitê Gestor solicitou o ressarcimento das despesas rateadas entre as Conveniadas para realização da referida contratação.

A CPTM solicitou a alteração do percentual de repasse dos valores do BU, pelo período de duração da Pandemia de COVID19, a qual contou com a aprovação da Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos – STM.

Também foi relatado que o CAE tem um arquivo com o registro de todas as mensagens, atas de reuniões, contratos, comunicações, providências e documentos relacionados a apuração de perdas no Bilhete Único.

O CAE entende que o assunto é relevante e reforça a necessidade da abertura das contas pela SPTrans mantendo a recomendação da necessidade de realização da auditoria já contratada pelo Metrô e pela CPTM, para possível averiguação da existência de fraude no Sistema de Bilhete Único. Destaca também que o CAE recomendou as ações necessárias para as possíveis apurações, mas que as decisões sobre novas etapas dependem dos órgãos superiores à Companhia.



3 – Matriz de Risco

Com relação à atuação da área da Gerência de Conformidade, Controles Internos e Gestão de Riscos – GRI o CAE ressaltou que a implantação da política de conformidade na CPTM demanda a existência de uma Matriz de Risco para a Companhia e, nesse sentido solicitou a apresentação do Planejamento dos trabalhos da GRI, com os estágios em que se encontram suas elaborações.

O Sr. Sérgio de Carvalho Júnior, informou que a CPTM já cumpriu a etapa de início de procedimento para contratação de uma consultoria objetivando a elaboração de uma matriz de risco, mas no atual momento, em razão da emissão de recomendação, pelo Governo do Estado de São Paulo – Comitê Gestor de Gasto Público - a CPTM foi impedida de efetuar a contratação em questão. O Sr. Presidente da CPTM está empenhado na busca de uma solução.

Em 2018, a GRI elaborou um projeto piloto de matriz de risco envolvendo, primeiramente, 4 gerências.

Em 2019 o projeto contou com 8 gerências e foi elaborado uma matriz de risco de cada gerência envolvida contando, também, com a definição de plano de ação. A orientação é de que a Gerência retome o trabalho com equipe interna a partir do mês de junho/2020.

O CAE perguntou qual o tamanho, capacidade e prioridades da equipe da Gerência de Conformidade.

O Sr. Sérgio destacou que conta com 9 colaboradores atualmente e a área tem dentro do planejamento anual de 2020 a meta de implantação da matriz de risco, cujo facilitador é o Sr. Eduardo Wagner de Sousa da equipe da GRI.

O CAE solicitou ao Sr. Sérgio uma apresentação sobre a atual situação dos controles internos da Companhia tendo em vista tratar-se de um ponto importante, crítico e fundamental para o Comitê. Essa apresentação será agendada numa próxima reunião do CAE.

A Sra. Juliana informou, em relação ao Controle Interno, que a Auditoria foca na análise dos processos, mapeamento das definições dos riscos e identificação do controle, propondo melhorias. As recomendações e informações são repassadas à GRI e ao CAE.

Foi questionado, ainda, pelo CAE o funcionamento do Canal de Denúncia.

O Sr. Sérgio abordou que o funcionamento do Canal de Denúncia é de competência da Ouvidoria por determinação do Governo do Estado. Cabe à GRI a apuração nas Comissões de Sindicâncias e Grupos de Trabalhos, atuação feita pelo Núcleo de Sindicância que antes era de competência da Auditoria Interna, elaborando o detalhamento das recomendações e planos de trabalho.

O CAE solicitou ao Sr. Gerente a elaboração de um Relatório Técnico Circunstanciado da Gerência de Conformidade, Controles Internos e Gestão de Riscos e recomendou a troca de informações/apoio com a equipe que está estruturando a área de análise de risco do Metrô.

4– Solicitação do CA sobre as ITR's: (outros assuntos)



Continuação da 42ª Reunião Ordinária do CAE

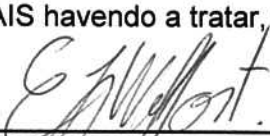
Em atendimento à solicitação do Presidente do Conselho de Administração da CPTM, no sentido de serem apreciadas pelo CAE as demonstrações trimestrais (ITRs), foram convidadas as representantes das áreas Contábil e de Auditoria, Sras. Ivone Ferraz Anacleto, Marli Cândido Dutra e Juliana Stark, para entendimento dos processos que serão necessários para o efetivo atendimento da solicitação exarada pelo Conselho.

A Sra. Juliana, Chefe do Departamento de Auditoria informou que a CPTM não tem a obrigatoriedade de confeccionar as demonstrações trimestrais, sendo tão somente obrigatória a aprovação das contas anuais auditadas. Ponderou, ainda, que o contrato atual com a empresa de Auditoria Independente não abrange a revisão das ITR's, sendo necessário aditivo contratual ou nova contratação para contemplar as ITRs.

A Sra. Marli Cândido Dutra, Chefe do Departamento de Contabilidade se posicionou a respeito do assunto destacando a orientação do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado – CODEC sobre a não obrigatoriedade das ITRs e as limitações internas, principalmente no que concerne à falta de pessoal e sistemas, para atender esta demanda.

O CAE compreendeu o fluxo e as dificuldades para a elaboração das ITR's, mas ressalta a relevância de atender à solicitação do Conselho de Administração e avançar na transparência e tempestividade das informações contábeis, em especial neste momento atípico de pandemia do COVID-19 que afeta significativamente as operações da Companhia. Avaliou, ainda, a possibilidade de elaboração das demonstrações trimestrais pela Contabilidade com avaliação inicial apenas pela Auditoria Interna da Companhia. O assunto deverá ser retomado na 43ª Reunião Ordinária do CAE.

NADA MAIS havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata.


ELIONOR FARAH JREIGE WEFFORT
Coordenadora


AFONSO ANTONIO HENNEL
Membro


SILVERIO CRESTANA
Membro


LEILA CRISTINA P. R. SERRANO
Secretária